



Crianças indígenas Wayana-Aparai, do Pará

EDITORIAL

## Reserva de vida

Flávio Gut

O JJ Documento chega ao quarto número enfocando um tema que sempre foi polêmico: a questão indígena. O objetivo deste trabalho é colocar uma luz sobre o problema especialmente neste momento quando se discute a diminuição das reservas indígenas brasileiras. É um trabalho denso, elaborado por pesquisadores de alto nível.

Mas a preservação da cultura dos povos indígenas está acima até mesmo dos próprios povos. É uma questão de sobrevivência da espécie humana. Os índios guardam em sua cultura a chave para a perpetuação da existência humana no planeta. Para o índio, o desenvolvimento sustentável é parte de sua vida, é sua própria maneira de existir. Para o índio não falta nada e não sobra nada. Nós, brancos, precisamos aprender com eles.

Temos que entender a relação harmônica do homem e natureza. Não há qualquer chance de sobrevivência no atual ritmo da Humanidade. É preciso crescer menos, repartir mais, cuidar mais de nosso planeta. A Terra é finita, já sabemos. É hora de sentirmos. É hora de reagirmos. O tempo passa depressa e precisamos olhar para nosso passado e reaprender sermos todos mais índios

# O Brasil antes do descobrimento

**Letícia de Barros Mota**

**E** afinal, quando fomos realmente descobertos? Ora, em 1500, quando as primeiras caravelas aportaram em terras brasileiras, encontram “homens andando pela praia, de feição parda, quase avermelhada (...); andavam nus sem nenhuma cobertura; (...)” (trecho da carta que Caminha enviada ao rei de Portugal após o “achamento” das novas terras.)

Esses homens foram chamados, pelos portugueses, de índios. Mas afinal quem eram esses índios, como e quando chegaram até o Brasil??

Bom, uma pergunta de cada vez: primeiro quem eles eram, para depois entendermos como chegaram ao Brasil e viveram até serem encontrados pelos europeus e, a partir daí, a gente já conhece a história.

Estamos interessados na pré-história, período anterior a 1500, ou seja quando não havia documentos escritos. Conseguimos “ler” a pré-história através de traços de ocupação humana, ou seja, pinturas, restos de ossos, pedaços de cerâmica, pedras lascadas, seixos polidos ou qualquer traço de passagem do homem. A esse conjunto de traços de ocupação humana chamamos de sítio arqueológico.

Se seguirmos os traços, as “pegadas” perceberemos que quem primeiro descobriu a América foram grupos de homens caçadores e coletores que deixaram a Ásia durante uma glaciação. Durante este determinado período que a temperatura da terra abaixou muito e permitiu que o Estreito de Bering congelado funcionasse como uma verdadeira ponte, através da qual atravessaram diferentes grupos vindos da Sibéria em direção ao Alasca. Esta ponte de gelo foi formada entre 80.000 a 50.000 anos antes do presente.

Aos poucos o Continente Americano foi sendo povoado

por diferentes grupos que desenvolveram diferentes hábitos e diferentes línguas. Em cada região desenvolveu-se uma forma distinta de organização social: por exemplo as cidades maias, astecas ou incas, e as tribos de caçadores e coletores.

Até bem pouco tempo acreditava-se que o homem só tivesse chegado ao Brasil há 20.000 anos. A maioria dos sítios arqueológicos brasileiros datados por Carbono 14 atingiam no máximo 22.000 anos antes do presente.

Pesquisas mais atuais desenvolvidas em São Raimundo Nonato, no Piauí, revelaram

datações de pelo menos 43.000 anos antes do presente. Este fato gerou muita polêmica no meio científico e, conseqüentemente estas datações não são aceitas por muitos arqueólogos norte-americanos e europeus. Primeiro porque não foram encontrados sítios arqueológicos mais antigos na América do Norte, e, em segundo lugar, porque discute-se se o carvão coletado no Piauí para as datações de Carbono 14 seria realmente resultado de uma atividade humana ou seria apenas resultado de uma queimada natural.

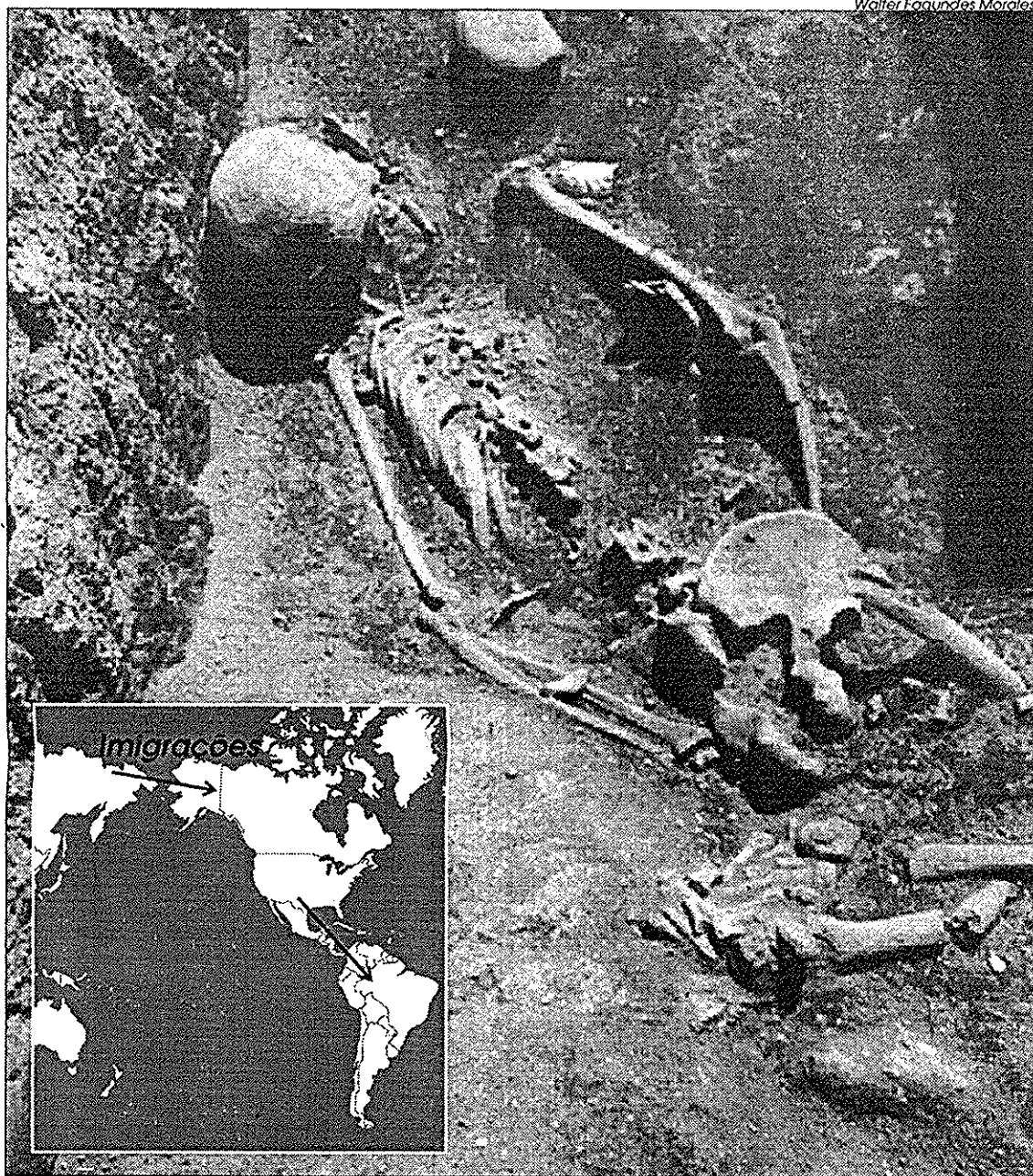
Mas esses argumentos não são definidos. Ora, os sítios da América do Norte podem existir e simplesmente não foram encontrados ainda, pois quanto mais antigo for um sítio arqueológico, mais profundo ele estará e, portanto, mais difícil de ser encontrado.

Podemos ainda supor que a caminhada para o sul pode ter sido à beira-mar, já que devido à glaciação o mar recuou muito, e hoje a grande maioria dos sítios pode estar submersa ou simplesmente os artefatos utilizados para a caça tenham sido feita com material perecível.

E para derrubar o último argumento, os arqueólogos brasileiros afirmam que o carvão coletado para datação estava associado a pedras lascadas, objetos fabricados pelo homem,

*Esta ponte de gelo foi formada entre 80.000 e 50.000 anos atrás*

*No Piauí, as datações atingiram 43.000 anos antes do presente*



**Sepultamento no Litoral do Rio de Janeiro. No detalhe, mapa da imigração dos primeiros grupos humanos para as Américas**

portanto a hipótese de queimada natural está afastada.

O continente Americano agrupou diferentes grupos humanos em diferentes níveis tecnológicos, esta diferenciação deve-se à variação das condições naturais que cada um teve que enfrentar.

No caso específico brasileiro a atividade de coleta foi paulatinamente pela agricultura (milho, tabaco, batata, mandioca, principalmente), e os grupos tornaram-se mais sedentários e numerosos. Acredita-se que foi neste momento que os grupos indígenas começaram a fabricar vasilhames cerâmicos para poder armazenar os produtos agrícolas excedentes. A cerâmica mais antiga da América foi encontrada na Amazônia brasileira, na cida-

de de Santarém, e foi datada em 7.000 anos antes do presente.

Há aproximadamente 1.500 anos alguns grupos de ceramistas amazônicos migraram para o sul do país, pertenciam ao grupo Tupi-Guarani. Esse grupo ocupou quase todo o litoral brasileiro e a bacia do Rio Paraná e São Francisco, podendo ser divididos em três subgrupos: os guaranis, os tupiniquins e os tupinabás.

É neste ponto da história (quando começa a história) que entra um novo personagem: o europeu. Quando as primeiras caravelas ancoraram em águas brasileiras encontraram um continente povoado por grupos em pleno processo de expansão, mas que desconheciam um fato fundamental: a pólvora e algumas doenças, como a gripe, por

exemplo.

Foi baseado neste fator determinante que se deu a conquista do território e o extermínio da grande maioria da população indígena. Foi neste momento que se estabeleceu uma enorme ruptura na linha, os rumos foram alterados e confundidos e construímos nossos livros escolares pautados na amnésia de nossas origens. A população indígena foi subjugada e esquecida, totalmente afastada e desconectada da atual sociedade urbana brasileira. O fato é que esquecemos de quem realmente “descobriu” o Brasil.

**Letícia de Barros Mota**  
é formada em Ciências Sociais e mestranda em Arqueologia na USP

# Índios de ontem e de hoje

Paulo A. D. De Blasis

Os primeiros viajantes europeus alcançaram o litoral do Brasil desde o finalzinho do século XV e ao longo do século seguinte, período dos primeiros contatos com a população nativa e da instalação dos primeiros núcleos coloniais portugueses. Vários deles escreveram cartas, relatórios e crônicas de viagens contando o

que viram: dos portos, do clima, da terra e das gentes que aqui habitavam. Entre eles encontram-se, por exemplo, Américo Vespúcio (que veio a primeira vez com Colombo) e Pero Vaz da Caminha, que veio com Pedro Álvares Cabral em 1500.

As notícias dos índios que nos chegam dessa época falam em grandes tribos organizadas em torno de poderosos chefes regionais, frequen-

temente passando uma imagem de riqueza e abundância. Na Amazônia, os primeiros cronistas mesmo a falar em "reinos", tal a quantidade e organização das populações, plantações e indústrias artesanais que encontraram, como testemunham os esplêndidos vasilhames cerâmicos recolhidos atualmente pelos arqueólogos naquela região. Assim, o quadro que emerge destas descrições revela que o Brasil era densamente povoado, e

que as sociedades indígenas eram bastante saudáveis, bem organizadas social e politicamente, e que viviam com fartura.

A partir do final do século passado outros viajantes começaram a estudar as comunidades indígenas, desta vez cientistas (etnólogos) interessados nas sociedades menos complexas que vivem na periferia do "mundo civilizado", como se convencionou chamar a civilização capitalista centrada na Europa e, mais recentemente, na América do Norte. Em franco contraste com as descrições dos primeiros tempos de contato, as sociedades estudadas pelos etnólogos pareciam todas muito simples, "primitivas", sustentando-se através de pequenas roças, às vezes apenas caça e coleta de alimentos silvestres. É esta a imagem dos índios que tornou-se mais forte hoje em dia: pequenos grupos muito pobres e frágeis, vivendo precariamente à margem das pequenas cidades brasileiras do interior.

Não é a toa que as pessoas se perguntam "O que estes índios tem à ver com os da pré-história?" ou "Estes índios são os mesmos daquelas tribos grandes e ricas da época do contato?" A resposta para esta questão é "sim, são os mesmos". Mas, definitivamente, estas sociedades não são mais as mesmas...

Em termos étnicos e linguísticos, as sociedades indígenas contemporâneas são, em sua maioria, remanescentes das mesmas sociedades que ocupavam o país inteiro no tempo de Cabral, e que foram sendo exterminadas ou empurradas para o interior pelos conquistadores europeus e pela nascente sociedade brasileira. Tribos inteiras foram dizimadas pelas guerras e pela escravidão, e talvez mais ainda pelas doenças contagiosas trazidas pelo homem branco (como a gripe e a sífilis), contra as quais as populações nativas não tinham defesa.

Assim, mesmo sociedades que não tinham contato direto como os brancos sofreram grandes perdas populacionais, com

reflexos diretos em sua produção econômica e em suas maneiras de se relacionar entre si e com os outros grupos: as maneiras de casar, de se organizar para a plantação e para a caça, etc. Foi assim que muito daquela riqueza material e populacional das sociedades indígenas do Brasil, descrita pelos primeiros cronistas, se perdeu.

*O Brasil era densamente povoado e as sociedades indígenas muito saudáveis*

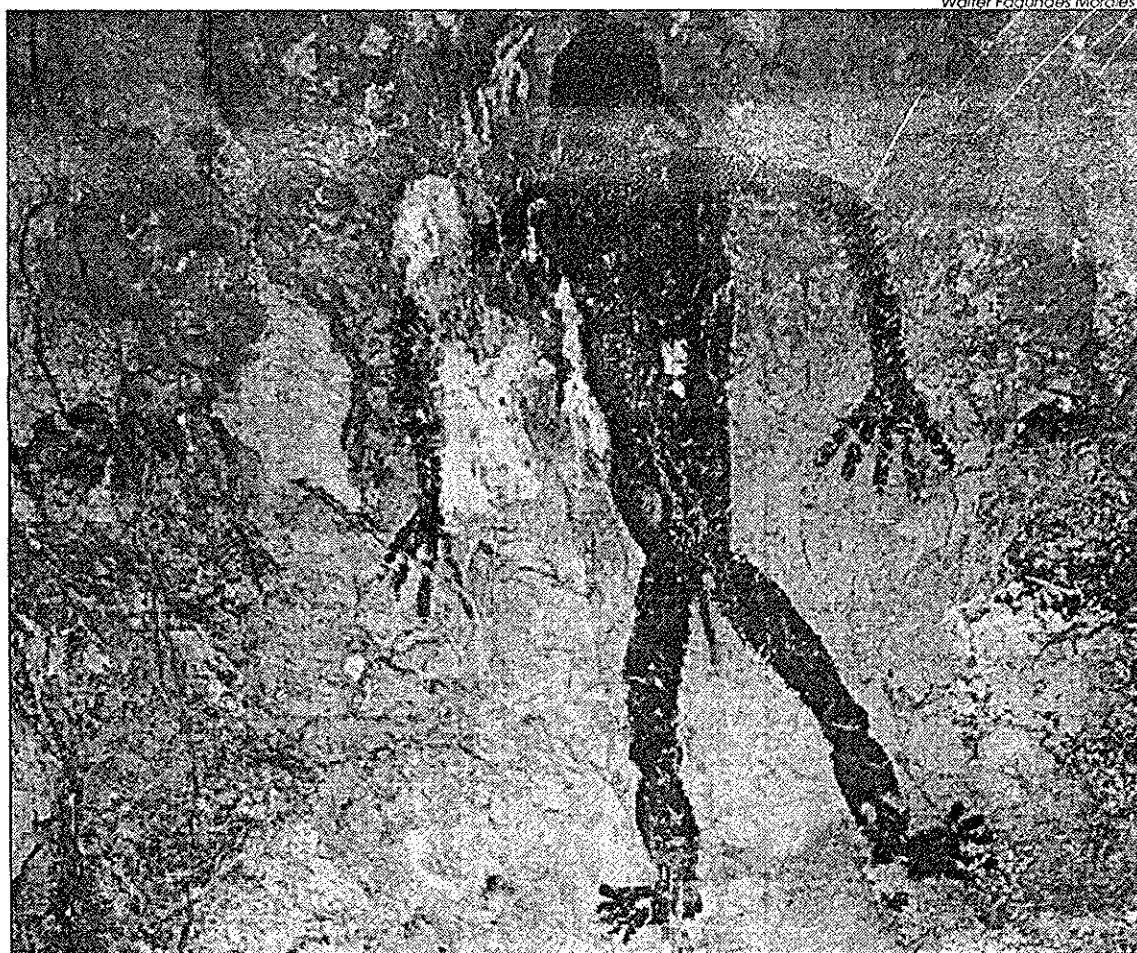
Este processo, que se iniciou no litoral na época dos primeiros contatos, continua ainda hoje no interior, ao longo das fronteiras agrícolas brasileiras que se expandem cada vez mais nas regiões de Rondonia, norte do Mato Grosso, Pará e outras áreas da Amazônia. Mesmo os grupos indígenas contactados mais recentemente, aparentemente "intactos", já sofreram de alguma forma as consequências desse avanço sobre as áreas naturais do norte do Brasil.

A comparação das informações fornecidas pelos arqueólogos acerca das sociedades indígenas antes da conquista europeia com os dados dos etnólogos acerca das populações indígenas remanescentes mostra, de maneira impressionante, o quanto estas sociedades foram reduzidas e deculturadas, apesar do muito que delas permanece no sangue e na cultura dos brasileiros que vivem no sertão.

*Estes índios são os mesmos daquelas tribos grandes e ricas da época de contato*

Por isso a batalha pela demarcação do território indígenas tem uma participação fundamental na formação da identidade étnica e cultural deste país, e merecem a oportunidade de permanecerem vivas e cultivando seus próprios valores, na medida de seus próprios interesses e objetivos. Considerando que entre esses valores se inclui um profundo respeito pelo equilíbrio natural - que de há muito nossa civilização perdeu - e um grande conhecimento no manejo dos ecossistemas tropicais. É evidente que todos só temos a ganhar com isso.

Paulo A. D. De Blasis é arqueólogo do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP



Pintura rupestre (desenhos elaborados nas paredes das cavernas) no sítio Santa Elina, no Mato Grosso

Neusa Maria Bloemer



Artesanato indígena atual entre os Bororo, no Mato Grosso

# Genética abala ideologia do racismo

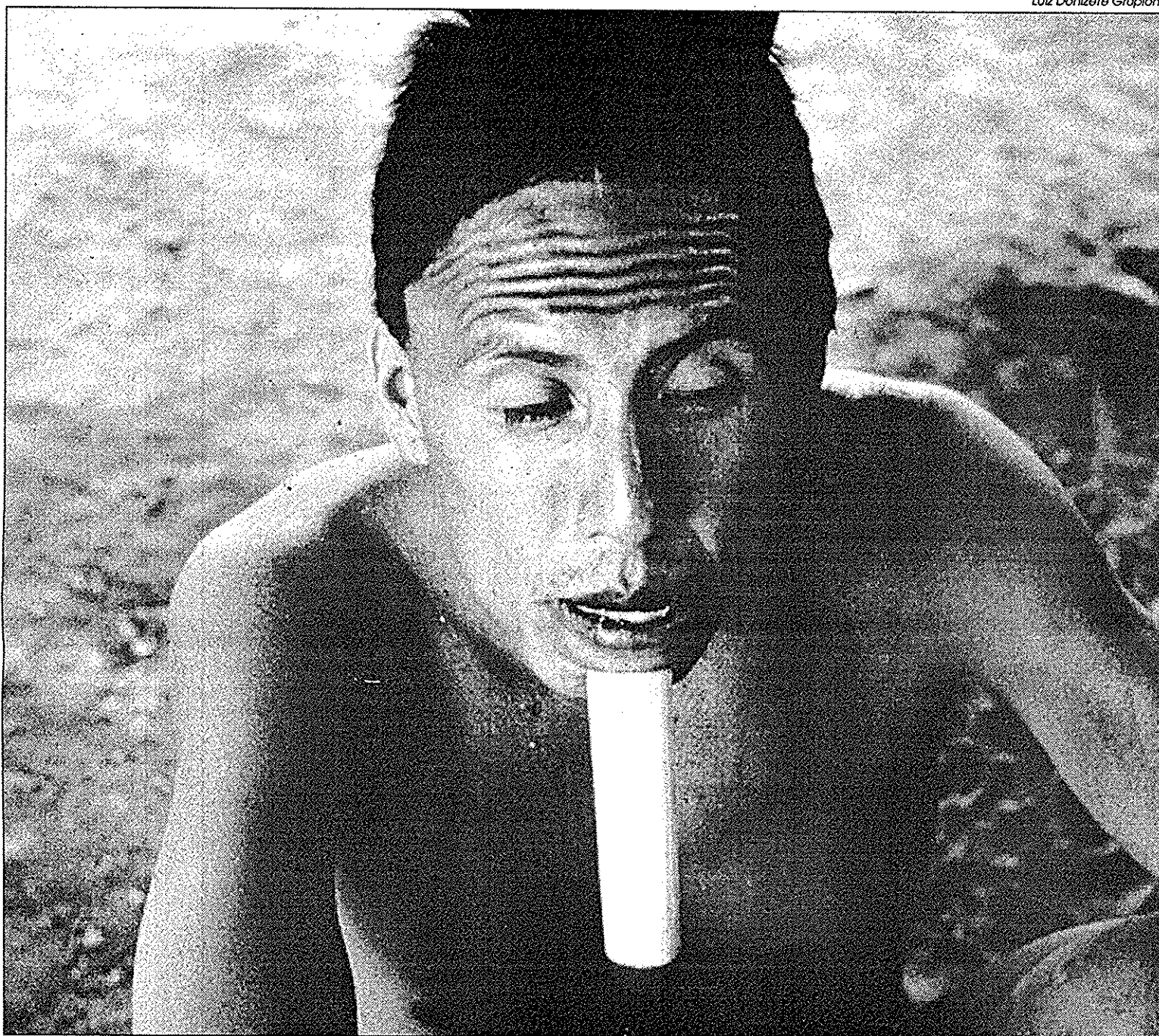
Luiz Donzete Grupioni

**C**inco geneticistas - 3 brasileiros, 2 argentinos e 1 colombiano - integram o Comitê Sul-Americano do Projeto Diversidade do Genoma Humano que pretende coletar amostras de genes (sangue, cabelos) de populações indígenas para integrar uma coleção de genes de povos de todo mundo de decifrar a evolução da espécie humana. Embora tenha sido lançado no Brasil no dia 24/11/94, no Congresso da Associação Latino-Americana de Antropologia Biológica, no Rio, o projeto já contava com oposição antecipada.

No dia 24 de setembro, deputados da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, a FUNAI, o Gimi e diversas ONGs realizaram uma Audiência Pública na Assembléia para denunciar o projeto. Onze entidades assinaram um "Manifesto Contra o Projeto Vampiro", acusando-o de estar interessado em "conhecer o DNA das populações autóctones para patentear-lo para uso comercial de doenças da civilização ocidental". Para os manifestantes, trata-se da última e mais perversa expropriação colonialista sobre os povos indígenas - agora, sobre suas células.

"Isso é paranóia. O projeto existe há quinze dias. Como é possível ser contra o que não existe? Essas pessoas estão mal informadas. Podem fazer Ato Público contra automóveis que atropelam ou contra a água que afoga. Fico perplexo que um projeto concebido para desmoralizar o racismo seja acusado de colonialista" - desabafa, indignado, o geneticista Sérgio Pena, membro do Comitê e do Conselho do Projeto Genoma Humano. Um dos objetivos do projeto é "combater os vulgarizados receio popular e ignorância sobre a genética".

O Projeto Genoma Humano e o Projeto Diversidade do Genoma Humano são interligados mas diferentes. O primeiro surgiu em 1990 para decifrar os 100 mil genes contidos nos 23 pares dos cromossomos, antecipando uma revolução na Genética. É o maior programa de pesquisa financiado pelo governo norte-americano (US\$ 3 bilhões, durante 15 anos) e está induzindo a esforços de pesquisa privados maiores. O Projeto Diversidade do Genoma Humano surgiu



Índio Zoé do Cuminapanema pode ter seus genes patenteados

em 1991 a partir de um apelo, na revista Genomics, alertando contra o desaparecimento dos povos indígenas e sua absorção por conjuntos genéticos predominantes. Em 1992, foi adotado pelo Projeto Genoma, que auspicia suas atividades (US\$ 5 milhões, em 5 anos), mas não o administra.

A diferença é que o Projeto Genoma trabalha com o mapa dos genes do Homem, explorando os cromossomos de um indivíduo que tanto pode ser um agricultor francês como uma dona-de-casa de Los Angeles - mas não representa os genes de um saudita, um navajo ou um esquimó. Para fazer um mapa aproximado da Humanidade, o Projeto Diversidade vai sistematizar as coleções genéticas existentes dos povos da Terra, cole-

tar novas e "imortalizá-las" em bancos de dados abertos à comunidade científica. Organizações como a Rural Advancement Foundation International (RAFI) rechaçam a idéia. "Se é possível ter acesso aos genes, o que impede que eles venham a ser patenteados?" - indaga Hope Shand, diretor da RAFI. Para muitos, o projeto é invasivo, anti-ético e acabará por legalizar roubo.

Francisco Salzano, geneticista da UFRGS e integrante do Comitê Sul-Americano, dirige coleções de células e estuda povos indígenas brasileiros desde 1958.

"Nunca me envolveria em um projeto que prejudicasse os índios. A pesquisa será precedida das autorizações legais, da FUNAI até às comunidades, e baseia-se em participação infor-

mada e voluntária. Se o material coletado tiver caráter sagrado recomenda-se desistência. Prevê-se o empenho do Projeto para a partilha com a comunidade de eventuais vantagens de patentear, apesar de muito remotas. As questões éticas ocupam um capítulo inteiro do documento". Segundo Salzano, o Comitê estuda o depósito do material coletado na América do Sul.

Variações genéticas podem ser muito valiosas para a medicina. Mas, mesmo que não fossem, os geneticistas devem protegê-las.

Cerca de 85% da variação genética humana está, geralmente, contida em um pequeno grupo de pessoas de uma mesma comunidade. Os 15% restantes distribuem-se por padrões geográficos que refletem "fissões, fusões e

migrações populacionais" do passado. Desses, 9% expressam diferenças entre grupos linguísticos e étnicos e apenas 6% diferenças entre raças. Pode haver mais variedade genética dentro de um grupo de 100 alemães, no Reno, do que entre 50 japoneses e 50 etíopes. Para a Genética, cada vez mais, os traços de diferenciação racial - que sustentam o racismo - parecem ser adaptações funcionais dos organismos ao ambiente. O Projeto Diversidade pode fornecer a prova de que juízos de valor sobre a inferioridade ou a superioridade das raças não têm fundamento científico - são apenas ideologia.

Texto publicado no Parábólicas número 2, ano I, Dezembro/94, órgão informativo do Instituto Sócioambiental

# Pirataria avança sobre genes indígenas

**E**m 1993, o governo norte-americano solicitou pedido de patente sobre uma linhagem celular derivada das células de uma índia Guaymi, de 26 anos, do Panamá, útil para o tratamento

de leucemia e doenças degenerativa dos nervos, recolhida por um pesquisador do National Institutes of Health, em 1990.

Notificado pela Rural Advancement Foundation International,

o presidente do Congresso Geral Guaymi, Isidro Acosta, pediu o repatriamento da célula e apelou para o Gatt (Acordo Geral de Comércio e Tarifas) e para a Convenção da Biodiversidade, que alegaram incompetência sobre a matéria. Pressionado

pelos protestos, em novembro passado, os EUA desistiram do pedido.

Em janeiro de 94, a ONG suíça Swissaid descobriu que o governo norte-americano também pedira patente sobre duas linhagens celulares derivadas uma dos

Hagahai, da Papua Nova Guiné, e outra de nativos das Ilhas Salomão, úteis contra a leucemia. Apesar dos protestos, os pedidos não foram retirados. Numa carta de 3 de março, o Secretário de Comércio, Ron Brown, explicou que "sob nossas leis, assim como as de muitos países, a matéria relativa a células humanas é patenteável e não há disposição sobre considerações relativas à proveniência".

Patético é o caso do paciente de leucemia norte-americano John Moore que, em 1976, teve células do baço removidas por cirurgiões que desenvolveram uma linhagem de células produtoras de proteínas contra a doença, patenteadas em 1984. Moore entrou com processo pedindo partilha dos lucros pelo uso comercial das células, mas perdeu na Suprema Corte da Califórnia, em 1990. A Corte reconheceu seu direito de processar os médicos por terem ocultado seu "potencial comercial" mas não seu direito de propriedade sobre as células removidas.

A veloz evolução da genética multiplica as tentativas de patenteamento de células humanas e de seres vivos "naturais". Na maior parte dos casos exige-se a demonstração da alteração tecnológica efetuada, mas para a lei norte-americana o simples isolamento de uma sequência de DNA "remove" a célula da natureza. Empresas que desenvolvem pesquisas sobre o genoma aperfeiçoaram velozes processos de sequenciamento de genes. Segundo o World Watch Magazine, a Human Genome Sciences, de Maryland, sequenciou 200 mil partes de DNA, potencialmente patenteáveis. A Incyte Pharmaceuticals, da Califórnia, pediu o patenteamento de 40.000 sequências de DNA. Outras aplicações de genes indígenas já devem ter tido patente requerida.

Os textos desta página foram publicados no Parabólicas número 2, ano I, Dezembro/94, órgão informativo do Instituto Sócioambiental



Lutz Donizete Grupioni

Crianças Zoé do Cuminapanema preparando comida em torno da fogueira

## Lei brasileira é ambígua e omissa

**Jullana Santilli**

A legislação brasileira em vigor não regula o patenteamento de genes humanos. O Código de Propriedade Industrial (Lei nº 5.772) foi promulgado em 1971, quando as discussões sobre biotecnologia ainda eram incipientes. O Código considera "invenções não privilegiáveis" - e, portanto, não patenteáveis - os usos e empregos relacionados com descobertas de variedades ou espécies de microorganismos. O entendimento é de que está excluída a possibilidade legal de patenteamento de seres vivos ou de partes dos mesmos. Entretanto, tramita no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 824/91, que revoga o Código em vigor e cria nova regulamentação. O projeto já foi aprovado pelo Câmara dos

Deputados e está atualmente no Senado.

De acordo com o art. 10, não se considera invenção nem modelo de utilidade - não sendo, pois, passíveis de patenteamento - "o todo ou parte de seres vivos naturais e materiais biológicos encontrados na natureza, ou ainda que dela isolados, inclusive o genoma ou germoplasma de ser vivo natural e os processos biológicos naturais".

Em seu voto, o relator, deputado Ney Lopes, afirma que "a inserção de seres vivos como patenteáveis não foi sequer cogitada". Os críticos do projeto afirmam, entretanto, que o risco de apropriação dos recursos genéticos nacionais não está só em seu patenteamento tais como se encontram na natureza, ou mesmo isolados dela. O projeto per-

mitiria que mínimo grau de manipulação de um gene fosse suficiente para qualificá-la como "invenção". Desta forma, genes, enzimas e outras substâncias humanas seriam patenteáveis.

A lei dos EUA e do Japão já permite o patenteamento de genes humanos. Nestes países, já não se discute mais a patenteabilidade ou não de genes humanos, mas sim quais poderão ser patenteados e em que condições. Três mil pedidos de patente para fragmentos de genes humanos já foram depositados. Assim, é perfeitamente possível que uma sequência de genes pertencente a determinado povo indígena, ou a seus membros, venha a ser objeto de pedido de patente nos EUA ou em qualquer outro país que o permita, ainda que isto não seja possível no Brasil. Funda-

mental é que o país aprove legislação regulamentando o uso e o acesso aos recursos genéticos nacionais, conforme prevê a Convenção da Biodiversidade.

A Constituição brasileira determina ao Poder Público que preserve a diversidade e a integridade do nosso patrimônio genético, fiscalizando as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético (art.225). Não há lei ou jurisprudência nacional sobre a matéria. O projeto que regula o novo "Estatuto das Sociedades Indígenas", aprovado na Câmara, protege como propriedade intelectual indígenas os produtos diretos ou indiretos resultantes de seus conhecimentos, mas não prevê - proíbe ou permite - o patenteamento de seus genes.

# As atividades produtivas entre as sociedades indígenas

Sônia F. Dorta

Entendimento da esfera econômica nas sociedades indígenas merece, a princípio, algumas considerações: a) as sociedades indígenas baseiam-se na posse coletiva da terra e dos recursos naturais do ambiente, embora o produto do trabalho possa ser individual, (família elementar), b) os próprios produtores controlam os meios de produção; c) a produção é regulada pela divisão sexual do trabalho, raramente por especialização, repartindo-se entre homens e mulheres as tarefas relativas à obtenção e processamento dos alimentos, à prestação de serviços e à fabricação de utensílios. Esta divisão de tarefas não é igual para todas as sociedades, verificando-se opções culturais diferenciadas; d) a distribuição da produção e serviços define-se por regras ligadas às relações de parentesco, políticas e rituais; e) redistribuição organiza-se por diferentes mecanismos de reciprocidade (trocas e retribuições), assegurando a igualdade econômica; f) as técnicas necessárias à aquisição do sustento e à confecção de artefatos são socializadas; g) uma vez que nessas sociedades os vários aspectos sócio-culturais se interpenetram, no processo de produção econômica sempre estão presentes considerações de ordem política, social, religiosa, ritual. As atividades produtivas, portanto, não podem ser vistas independentemente dos contextos em que se realizam, nem o trabalhador como isolado de seus demais papéis e

*Caça, pesca e coleta desdobram-se em modalidades coletivas e individuais*

*A agricultura é uma ocupação direcionada à família elementar*

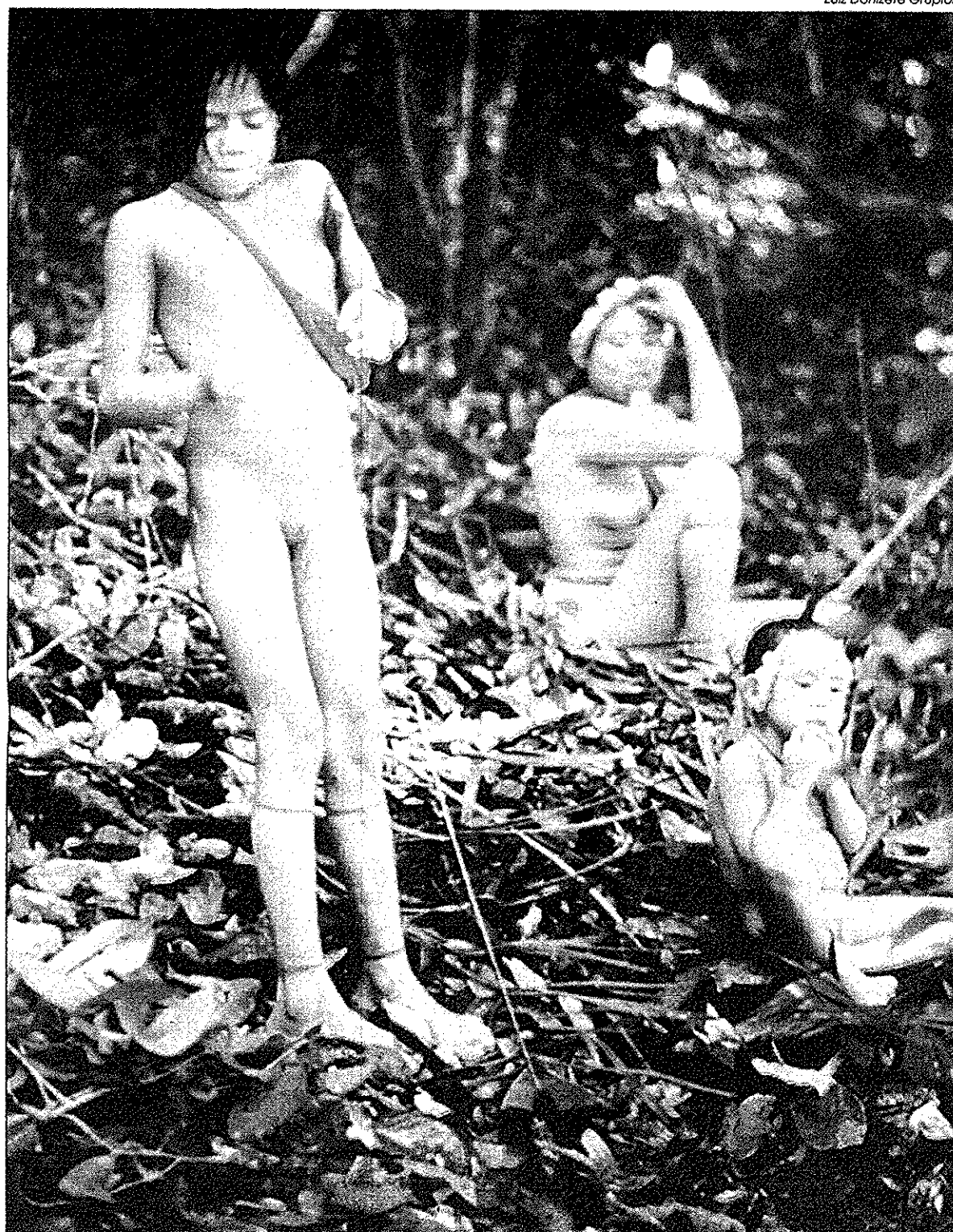
compromissos sociais; h) do mesmo modo, para a definição do território ocupado pelas distintas populações indígenas pesam tanto observações de ordem física quanto cosmológica, social e religiosa. Converte-se, por conseguinte, o território, num espaço simbólico; i) crenças mágico-religiosas, tabus alimentares, práticas cerimoniais, considerações sócio-políticas permeiam as relações entre os homens e as plantas e animais. Assim, nem todos os animais podem ser capturados ou consumidos por todas as pessoas e vegetais alimentícios, para fins

diversas, podem ser coletados ou ingeridos; verificam-se ritos relacionados com o desenvolvimento de espécies cultivadas desde o plantio até a colheita, cantos e rituais propiciatórios de caça e pesca e o benzimento eventual, pelos xamãs, de alimentos vegetais e animais antes do consumo.

A agricultura, caça, pesca e coleta, a criação de animais de estimação e para provimento de plumagem, a confecção de utensílios e instrumentais constituem atividades tradicionais de produção. A ênfase que cada sociedade dá a essas atividades é bastante variável.

Caça, pesca e coleta desdobram-se em modalidades coletivas e individuais, enquanto a agricultura, praticada pela maioria das populações indígenas, é uma ocupação direcionada à família elementar (pai, mãe e filhos).

As sociedades indígenas têm em comum o fato de praticarem uma agricultura em pequena escala, variando,



Luiz Donizete Grupioni

Índios Zoé - Tupi do Cuminapanema

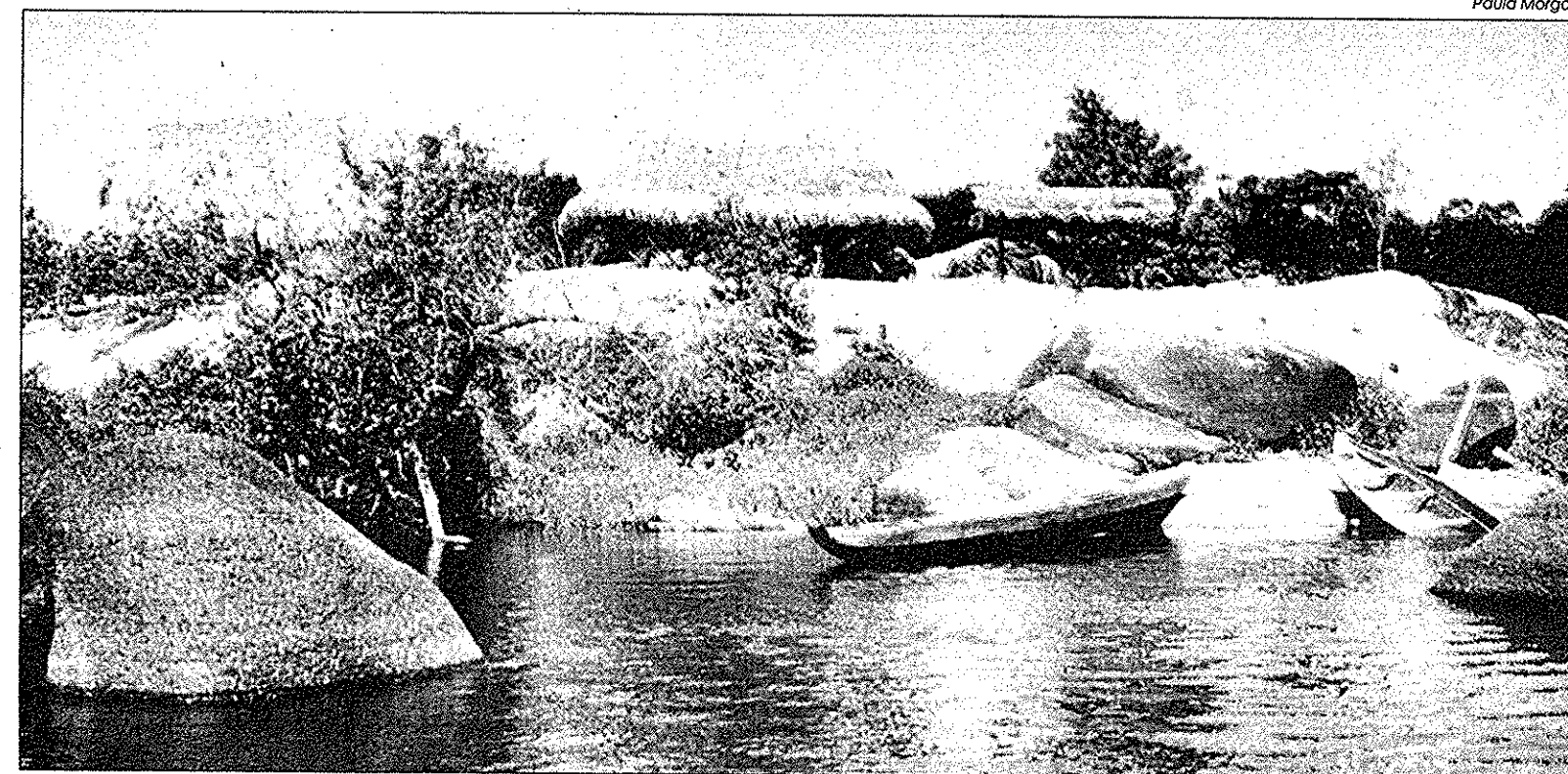
porém, o tamanho das raças e as espécies cultivadas. A técnica mais usada é a conhecida por "coivara", típica de terras florestais e executada por tempo limitado nos meses de seca. As raças geralmente circundam as aldeias, sendo os cultivares plantados sem ordem aparente. Anteriormente à introdução do machado de ferro, a derrubada da mata era feita com machados de pedra; para a sementeira e

extração de raízes comestíveis, o "pau de cavar", ainda utilizado por vários grupos, constituía o instrumento principal. O elenco atual dos instrumentais agrícolas inclui também facões, foices, pás, enxadas e cavadeiras.

A caça e a coleta realizam-se em espaços territoriais de mata densa. A primeira é atividade masculina, enquanto a procura de frutas e raízes comestíveis de vegetação espontânea,

de minúsculos animais, de mel, de ovos de tartaruga, de substâncias minerais e matérias-primas para a confecção de artefatos, de latex, de plantas medicinais e mágicas é tarefa dividida entre homens e mulheres.

Pode-se generalizar que presentemente a espingarda converteu-se na principal arma de caça, auxiliada pelos cães, arcos e flechas, lanças e bordunas. Merece menção também a sara-



Paula Morgado

Aldela Wayana-Aparal, no Pará

batana, arma propulsora de grande alcance, característica do noroeste da Amazônia. Tendo completo domínio do meio ambiente, dos hábitos e anatomia dos animais, cada sociedade desenvolveu, por outro lado, engenhosas técnicas de captura, que se diversificam em termos das estratégias e da espécie animal procurada.

Contrariamente à caça, as atividades pesqueiras são masculinas e eventualmente femininas.

Bastante diversificadas, as técnicas de pesca realizam-se com instrumentais que abrangem desde arco e flecha, redes

*Presentemente, a espingarda converteu-se na principal arma de caça auxiliada pelos cães*

de fios vegetais e industriais, arpão, armadilhas móveis e fixas, até linhas de nylon e anzóis metálicos. A pesca coletiva com uso de vegetais tóxicos (leguminosas e sapindáceas), comumente designados timbó, constitui modalidade geral, variando, porém, em detalhes conforme a sociedade que a pratica.

A pesca, como as demais atividades de caça, coleta e lavou-

ra, obedece a flutuações sazonais.

A inserção das populações indígenas na sociedade nacional, como nos revela a história do contato, tem acarretado sensíveis modificações nas economias tradicionais, segundo vários interesses econômicos, regionais e nacionais. Estes geram impactos irreversíveis,

resultando em invasões, reduções e depredações das terras; geram, por conseguinte, graves consequências não só de cunho físico e moral, mas igualmente sócio-cultural, dadas as relações simbólicas que cada sociedade mantém com seu território.

Desse modo, as influências e consequências externas têm sido interpretadas e incorporadas de acordo com as especificidades das diversas sociedades. Daí resulta que, no processo de interrelacionamento entre as economias tradicionais e a economia de mercado capitalista, as sociedades indígenas reagem diferentemente em situações de

convívio e conflito, apresentando transformações técnico-econômicas peculiares e soluções também diversas.

Nesse contexto, várias alternativas têm sido buscadas. Exemplificando em geral, o trabalho temporário assalariado como mão-de-obra barata em atividades agrícolas, pastoris e extrativistas; o comércio da borracha, madeira, couro, de pro-

duto alimentícios, manufaturados ou não, (banana, castanha, farinha de mandioca, peixes, porcos, galinhas) principalmente em âmbito regional. A nível nacional, a venda de artesanato, a preços baixos, de forma autônoma ou através das lojas Artífida da FUNAI.

Menção especial merece a questão do garimpo na Amazônia, com a qual, contempora-

neamente, quase todos os grupos que lá habitam mantêm formas diferenciadas de relacionamento. No caso particular dos Waiãpido Amapá, a garimpagem autônoma de ouro aluvionar, mediante tecnologia manual, surgiu a partir de experiências vivenciadas face aos invasores de suas terras, convertendo-se em uma das estratégias de controle territorial. Em caráter sazonal, passou a integrar o ciclo de atividades tradicionais.

As alternativas econômicas que se apresentam à sociedades indígenas, porém, se por um lado permitem, grosso modo, complementar a produção de alimentos e bens, o acesso a artigos de consumo industrializados que hoje não mais dispensam, por outro lado evidenciam a situação de dependência a que, inexoravelmente, estas sociedades estão sujeitas.

Sônia F. Dorta é Etnóloga do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP)

\* Texto integrante da exposição "Formas de humanidade", Museu de Arqueologia e Etnologia/USP, Setor "Brasil Indígena", módulo "Manifestações Sócio-culturais Indígenas".



Paula Morgado

Índia Wayana-Aparal ralando raízes

# Índio também é bom de bola?

Fernando de Luiz Brito  
Vianna

Índios que praticam futebol não são nem uma grande novidade nem um caso isolado. Em abril do ano passado, realizaram-se os "Primeiros Jogos Abertos Indígenas do Mato Grosso do Sul". Participaram cerca de 300 índios das nações Guarani, Guató, Caiuá, Ofayé, Terena e Kadiweu. Neste evento o futebol apareceu como modalidade de destaque. Talvez este esporte tenha empolgado mais os índios atletas e a platéia da competição do que os próprios jogos de tradição indígena, como o arco e flecha e o arco pyaka com bodoque.

Hoje em dia, são raras as tribos indígenas brasileiras que vivem isoladas do mundo dos brancos. Assim, não cabe imaginar que eles tenham um modo de vida completamente diferente do nosso. Atualmente, muitos índios usam roupas, ouvem músicas norte-americanas que tocam nas rádios e assistem televisão. No país do futebol, não se deve estranhar que eles, como nós, também gostem deste esporte.

Para muita gente, índios assim não são mais índios, eles estariam "aculturados". Só pensa desta forma quem está distante dos índios.

Se essas pessoas procurassem conviver, conversar um pouco com os índios, talvez pudessem entender que eles próprios não acham que usar roupa ou jogar futebol significa não ser índio. Então, por que deveríamos dar mais importância às nossas idéias a respeito dos índios do que ao pensamento deles sobre eles mesmos?

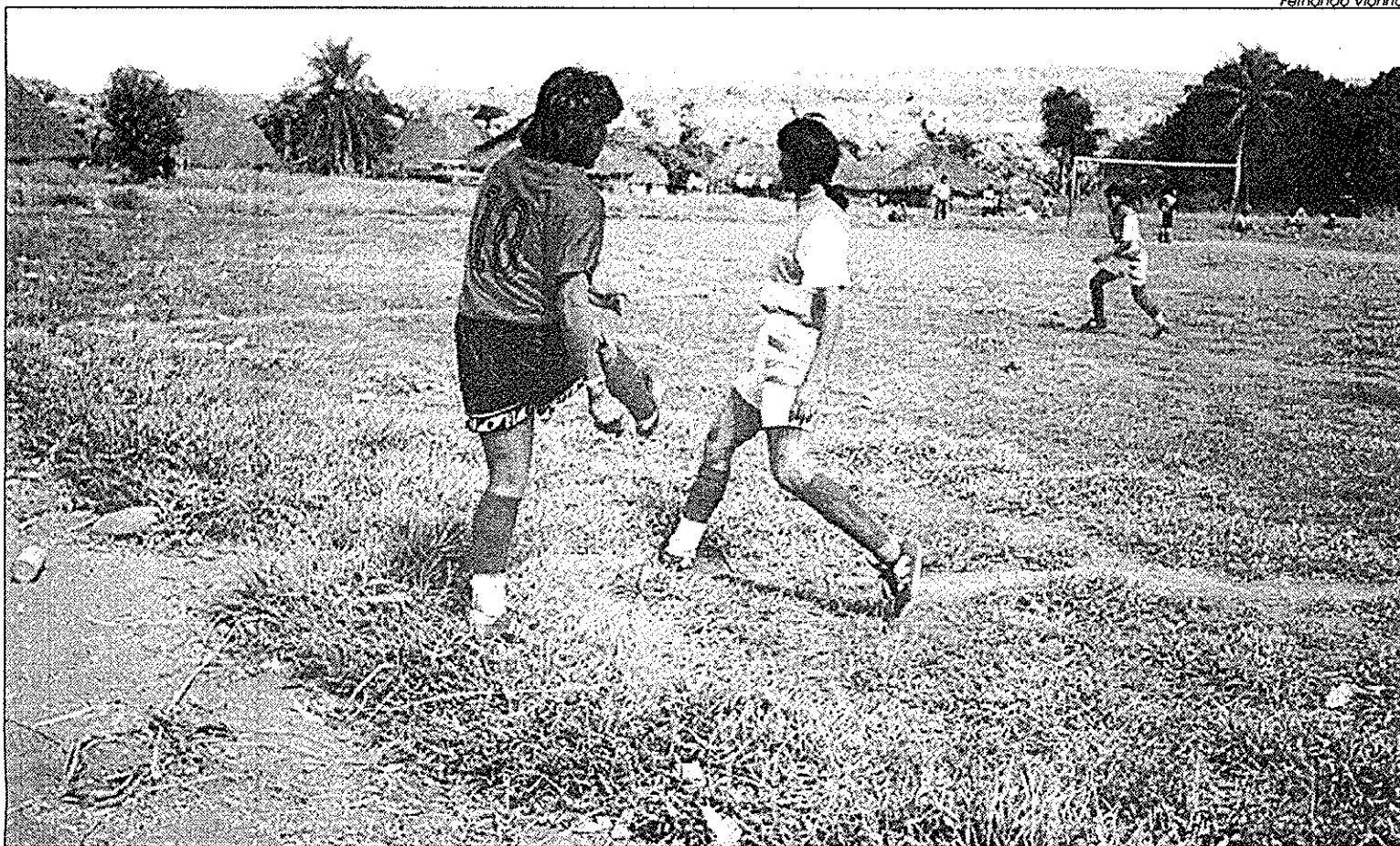
Conhecer os povos indígenas dos dias atuais é entender como as suas culturas originais, tradicionais, entram em contato e reelaboram os diversos elementos da cultura dos não-índios, entre eles o futebol.

Fernando de Luiz Brito Vianna é graduado em Ciências Sociais e desenvolve pesquisas sobre os índios Xavantes

## A aldeia de Sangradouro

A aldeia de Sangradouro situa-se no interior da "Área Indígena Sangradouro/Volta Grande". Ela conta com 100.280 hectares, em espaço pertencente aos municípios matogrossenses de General Gomes Carneiro e Poxoréu.

A população total da área, em 1987, era de 1.107 pessoas e, a da aldeia de Sangradouro, é estimada, atualmente, em cerca de 400 habitantes, entre adultos e crianças. (FLBV)



Partida de futebol da entre os índios da aldeia do Sangradouro, no Mato Grosso

## O futebol na aldeia Xavante de Sangradouro

Os xavantes de Sangradouro, de fato, jogam muito futebol. Todos os dias, ao final da tarde, um grupo de homens, adolescentes e adultos, reúne-se para um "bate-bola" de futebol-de-salão a uns quinhentos metros do núcleo de casas da aldeia. Ao longo do dia, também os meninos divertem-se chutando bola ou mesmo um saco plástico recheado de jornal ou pano, nos espaços entre as moradias. As mulheres de todas as idades, pelo que pude ver, mais assistem do que praticam o futebol.

Além disso, na aldeia, há um futebol mais organizado. Anualmente, realiza-se o campeonato da "Federação da Reserva Indígena Sangradouro". O campeonato tem tabela, regulamento, fichas de inscrição de atletas, súmulas de jogos, arbitragem e sistema de transferência de jogadores (negociação de "passes"), tudo em moldes bastante semelhantes aos que estamos acostumados. No entanto, para entender a organização dessa competição não se deve exagerar no apego às regras escritas. Esse apego não faz parte do modo xavante de vida e, muitas vezes, o que está escrito pode ser mudado, a juízo daqueles que mandam no campeonato.

Igualmente, a tabela do torneio de 1995, preparada antes de seu início, foi modificada por pressão dos velhos, que são os que detêm o poder de comando nas comunidades xavantes. Eles indicaram que se apressasse o término do campeonato, que estava prejudicando a realização das festas rituais de "nomeação das mulheres" (Abadzirãinhidiba Pi'õnhitsi).

Durante a minha estada em Sangradouro, a seleção brasileira de futebol estava disputando a Copa América, no Uruguai. Os jogos da seleção foram momentos de grande aglomeração dos índios. Homens maduros, mulheres e crianças juntavam-se à frente da casa de um dos únicos proprietários de televisão do local.

Um dado fundamental em relação a essa paixão pelo futebol é a opinião dos velhos. Na sociedade xavante, a palavra dos homens mais idosos é muito importante.

São eles, muitas vezes, que orientam os rumos da organização da vida social e criam normas para ela. Nessa sociedade, a expressão velho não tem nenhuma conotação pejorativa. Pelo contrário, ela vem sempre acompanhada de um forte sentimento

de respeito por aqueles que os índios chamam de nossos velhos.

Os velhos de Sangradouro vêm com certa cautela o gosto dos mais jovens pelo futebol. Não procuram impedir que se pratique o esporte, mas tentam fazer com que os jovens não se esqueçam nunca das tradições xavantes. Assim, existem algumas normas que devem ser seguidas por aqueles que querem jogar futebol.

Em primeiro lugar, só podem participar dos campeonatos os índios que participam, também, com certa frequência, dos rituais e festas da comunidade. Em segundo lugar, não se permite que nenhum jogador entre em campo se não estiver com o cabelo cortado no estilo típico xavante. Além disso, o uso de bebidas alcoólicas e de tabaco é proibido, imediatamente antes, durante e logo após os jogos.

Essas pequenas regras parecem, à primeira vista, banais. Mas se pensarmos, sem preconceitos, sobre o seu significado, elas podem ajudar a entender como a prática futebolística xavante está acompanhada de uma reflexão crítica, por parte dos velhos, em torno daquilo que, no mundo dos brancos, é bom e

pode ser incorporado, em contraposição ao que é ruim e deve ser evitado.

Desse modo, quando observamos o futebol xavante mais de perto, podemos entender que ele não é um simples sinal de "aculturação". Ele revela que os índios pensam sobre o que lhes vem do contato com a sociedade dos não-índios, e escolhem o que querem para si. O abuso do álcool e do cigarro, por exemplo, parece ser um hábito dos brancos que deve ser rejeitado. O esporte, pelo contrário, é visto pelos índios como algo positivo, que além de ser bom para eles mesmos, pode funcionar como um canal saudável de diálogo com os brancos.

Um dos chefes da aldeia considera errado os jovens jogarem futebol e se esquecerem das festas, rituais e danças tradicionais, porque o futebol é uma coisa dos brancos e não dos índios. Mas ele também acha que os xavantes, daqui a muitos anos, podem destacar-se no futebol, se jogarem "com força, com energia". Ele conclui que o futebol poderá servir, então, como forma de afirmar e de valorizar a identidade do povo xavante, no grande jogo político com o mundo dos brancos. (FLBV)

# Pesquisas revelam índios em Jundiaí

**José Arnaldo de Oliveira**

A presença de índios em Jundiaí é um assunto que merece destaque até no brasão oficial do município, onde um índio muito alto aparece em sua parte superior. Mas os historiadores locais nunca interessaram-se pelo assunto. Percebendo essa carência, o sociólogo Walter Morales Fagundes está desenvolvendo seu mestrado no Museu de Arqueologia e Etnologia, da Universidade de São Paulo/USP, exatamente sobre esse tema. E para a antiga pergunta ("Existiam índios em Jundiaí?"), sua resposta é sim.

Suas pesquisas estão baseadas em duas fontes bastante diferentes: as históricas e as arqueológicas. A primeira etapa, iniciada no ano passado, foi a busca dos arquivos que possuem documentos da época - como os mantidos pela Cúria

Diocesana de Jundiaí, Arquivo do Estado de São Paulo e Museu Histórico e Cultural de Jundiaí. Neles, Walter encontrou diversas referências à presença indígena na região. "Algumas das fontes mais importantes foram os livros de óbitos e de casamentos de escravos, de 1690 a 1750. Neles, está registrada a presença de grande quantidade de índios por aqui", afirma Walter.

Mas a leitura desses documentos - chamada de paleográfica - não é nada fácil. Escritos com garranchos de bico de pena, em papéis carcomidos por quase trezentos anos de existência, os documentos escondem ainda o sentido dos termos de época. Por exemplo: os índios não eram chamados de escravos nos documentos, uma vez que sua escravização era proibida pela Igreja. Em função disso eram chamados de "administrados", "negros da terra" ou "gentio de cabelo liso". Desta forma, a presença indígena fica mascarada na documentação por muito

tempo, levando muitos historiadores a supor que tratava-se de negros africanos.

O segundo passo, depois de comprovada a presença de todos esses grupos indígenas, praticamente até o final do século XVIII, a pesquisa passa para a fase dos trabalhos arqueológicos. A tarefa agora é localizar essas antigas fazendas, denominadas de "sítios arqueológicos". Neles serão realizadas escavações que comprovem, através dos vestígios encontrados, a influência dessas comunidades indígenas na cultura material daquela época. Por exemplo, a mistura de elementos da cultura portuguesa (como as alças das panelas de barro) com a indígena (desenhos e pinturas) nos potes de barro usados na época. É um utensílio característico, porque não existiam pratos de metal ou vidro como os atuais.

Mas não é somente a presença dos escravos índios nas fazendas e sua influência na cultura da época que a pesquisa pode esclarecer. Nos primeiros

trabalhos de campo já surgiram indícios da presença de índios anteriores à ocupação portuguesa, no período pré-colonial.

**P - Como eram esses índios em Jundiaí?**

Walter - Em diversos momentos, desde os tempos pré coloniais, existiram grupos indígenas por estas bandas. Pesquisas arqueológicas em andamento já indicaram que, antes do descobrimento do Brasil, passaram por este local pequenos grupos nômades, que viviam da caça e coleta, permanecendo por curtos períodos em cada lugar. Desses grupos indígenas restaram poucos vestígios como pontas de flechas e seus instrumentos de trabalho (feitos de pedra lascada).

Também viveram na região grupos mais numerosos e sedentários, que diferenciavam-se dos outros pelo seu trabalho com a agricultura. Também usavam, no seu dia-a-dia, instrumentos de pedra. Porém, em sua grande maioria, eram polidos - como machados, mãos-de-pilão, almofarizes (para moer sementes). Sabiam também fabricar potes de barro, onde guardavam seus alimentos ou faziam suas refeições.

A grande diferença entre esses dois grupos está no conhecimento destes últimos sobre a agricultura. Eles cultivavam alimentos como milho, mandioca e amendoim. Também falavam um idioma comum (o tupi) e formavam aldeias numerosas, com grande número de habitantes em vez dos pequenos bandos nômades.

**P - Mas os índios estavam na região quando os portugueses chegaram?**

Walter - Não existem registros de que ainda estavam no local. O avanço português para dentro dos sertões certamente fez com que os índios fugissem para outros lugares. Contudo, uma grande quantidade de índios foi trazida, para trabalharem como escravos, nas fazendas que estavam se formando. Nesta época, nas primeiras décadas do século XVII, a nossa província (ainda de São Vicente) era muito pobre. Havia aqui poucos

escravos negros, que estavam concentrados nos canaviais do Nordeste. Restava, aos portugueses paulistas, aprisionarem índios nas expedições conhecidas como bandeiras.

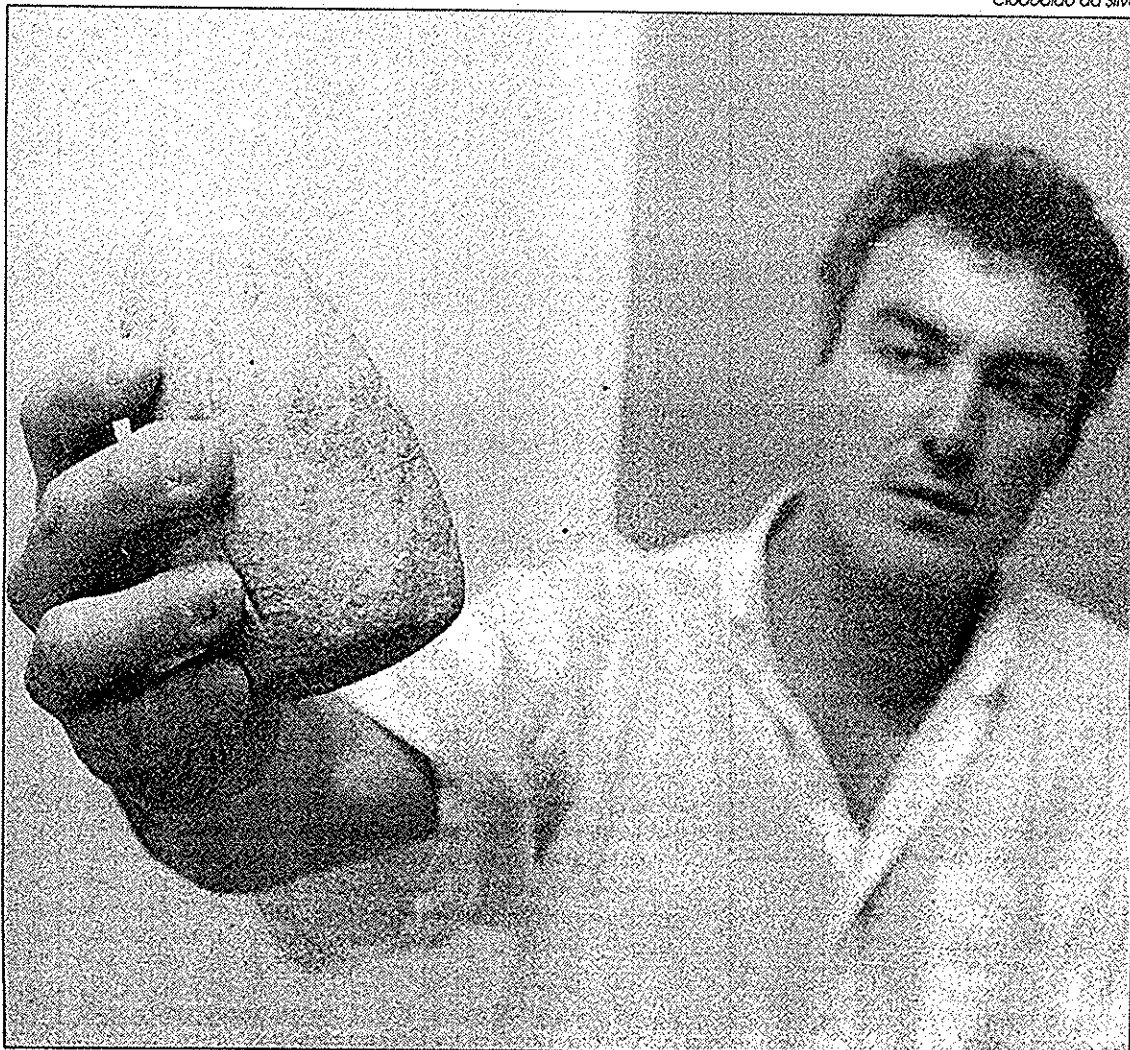
**P - Mas como, então, a maioria dos nomes de rios e elementos topográficos da região tem nomes de origem indígena?**

Walter - Esses nomes, que são mais uma prova da grande quantidade de índios trazidos para a região, ocorrem em função do emprego de um mesmo idioma. Como as fazendas apresentavam um número desproporcionalmente maior de indígenas em relação aos portugueses, fica óbvio que o idioma mais falado era o tupi, ou melhor, o nheengatu - uma espécie de "língua geral" (formada por uma mistura de elementos do tupi e do português). Ao mesmo tempo, haviam pouquíssimas mulheres brancas, levando a uma intensa miscigenação entre portugueses e mulheres índias. Os filhos dessas uniões eram criados pelas mães, aprendendo sua língua e costumes. Assim surgiram os nomes que hoje pouco significam para nós, mas tinham um significado claro na língua geral: Anhangabaú, Pacaembu, Jundiaí, Japi, Jundiaí-Mirim, Guapeva.

**P - De que forma suas pesquisas podem contribuir para a história de Jundiaí?**

Walter - A presença dessa população indígena faz com que percebamos que a colonização destas terras não dependeu apenas dos povos europeus. Ela foi muito mais complexa. O povoamento destas terras e a nossa formação cultural, isto é, do que somos hoje, dependeu em muito de um personagem que simplesmente foi deixado de lado. Esse esquecimento foi intencional, pois durante muito tempo índios e todas as minorias foram discriminados e colocados em segundo plano na nossa formação histórica. Quando, na verdade, contribuíram ativamente não só como mão de obra, mas também como agentes ativos na formação da identidade de nossa nação.

Clodoaldo da Silva



Walter segurando uma mão de pilão encontrada na região



# O Brasil e a questão indígena: construindo uma

Nadja Havt

No domingo, 17 de dezembro, Emílio, um líder Xavante (grupo indígena do Brasil Central), estava no quadro "Porta da Esperança" do Programa Silvio Santos. Ele queria levar pra sua aldeia uma geladeira, um fogão, uma máquina de costura e um aparelho de TV: ganhou o que pediu.

No vídeo que apresentava aos telespectadores a aldeia de Emílio, o locutor explicava a visão desse líder sobre o contato dos Xavante com os "brancos": causou muitas mudanças, mas podia trazer algumas coisas boas.

Como pensar sobre esse convívio, e o que é possível esperar dele, não só em relação aos Xavante, mas a todos os grupos indígenas que vivem no território brasileiro? Refletir sobre o Brasil através das questões indígenas é encarar, de frente, um problema que está na ordem do dia do debate político nacional, ou seja, como passar da desigualdade à diferença, como usufruir dos mesmos direitos, mesmo não sendo iguais. Então, "diferença" e "desigualdade" não são termos equivalentes. Como?

Através da noção de "cultura", pode-se entender o que estou chamando, aqui, de "diferença". Somos todos seres humanos. Apesar da variação na cor da pele, nas feições, etc, pertencemos todos à espécie Homo sapiens. Temos em comum a capacidade - tipicamente humana - de dar significados a tudo, e fazemos isso coletivamente. A cultura é esse compartilhar e construir social dos símbolos que criamos.

Assim, as abelhas, as formigas e os cupins também vivem em "sociedade" e, por exemplo, constroem casas. Mas eles nascem geneticamente prontos pra esse trabalho de construção; mais ainda, uma abelha africana só traz "informação" genética para fazer um certo tipo de "casa" e não outro, enquanto nós construímos casas de acordo com a experiência cultural acumulada pelo grupo em que crescemos, e à qual acrescentamos nosso "toque pessoal".

Não faz diferença para abelhas, formigas e cupins o quanto eles convivam, um nunca vai aproveitar a experiência dos outros na construção de casas. Para os seres humanos, porém,

*Somos todos humanos apesar da cor da pele e das feições*

vale o contrário. Quanto mais culturais entram em contato, maior a diversidade das experiências, soluções e significados trocados (maior a variedade de "casas").

É claro, falo de casas, mas poderia ter falado de línguas, de regras, de religiões, de formas de pensar sobre o corpo, de festas, de lazer, de alimentação, e até de morte. Pois, como seres humanos que somos, morremos todos, mas morre-se, em cada cultura, de uma maneira diferente.

No Brasil existem, atualmente - pelo menos - 250 grupos indígenas descendentes daqueles que aqui já estavam antes da chegada de europeus e africanos. A história da construção deste país é marcada por tentativas de apagar essas diferenças, pela idéia de que a diversidade cultural atrapalha o "desenvolvimento".

Essa idéia de desenvolvimento, que quer dizer apenas crescimento econômico, tem servido como desculpa para transformar diferença em desigualdade. É uma maneira de pensar que vê nos grupos indígenas o retrato do atraso e do primitivo, e que precisou criar outras idéias: a de que todos os índios são iguais e todos os negros são iguais, a idéia de que o Brasil só poderia ser rico se fôssemos,

enfim, todos iguais. E, no entanto, fazemos parte de um Brasil, onde alguns são muito mais iguais do que outros, e onde a palavra desigualdade é sutilmente substituída pela palavra diferença, pois, dessa forma, justificam-se situações como os tratamentos diferentes - leia-se desiguais - para mulheres e homens, negros e brancos, índios e não-índios, ricos e pobres, para ficar só com alguns, e muitas vezes em flagrantes atentados às

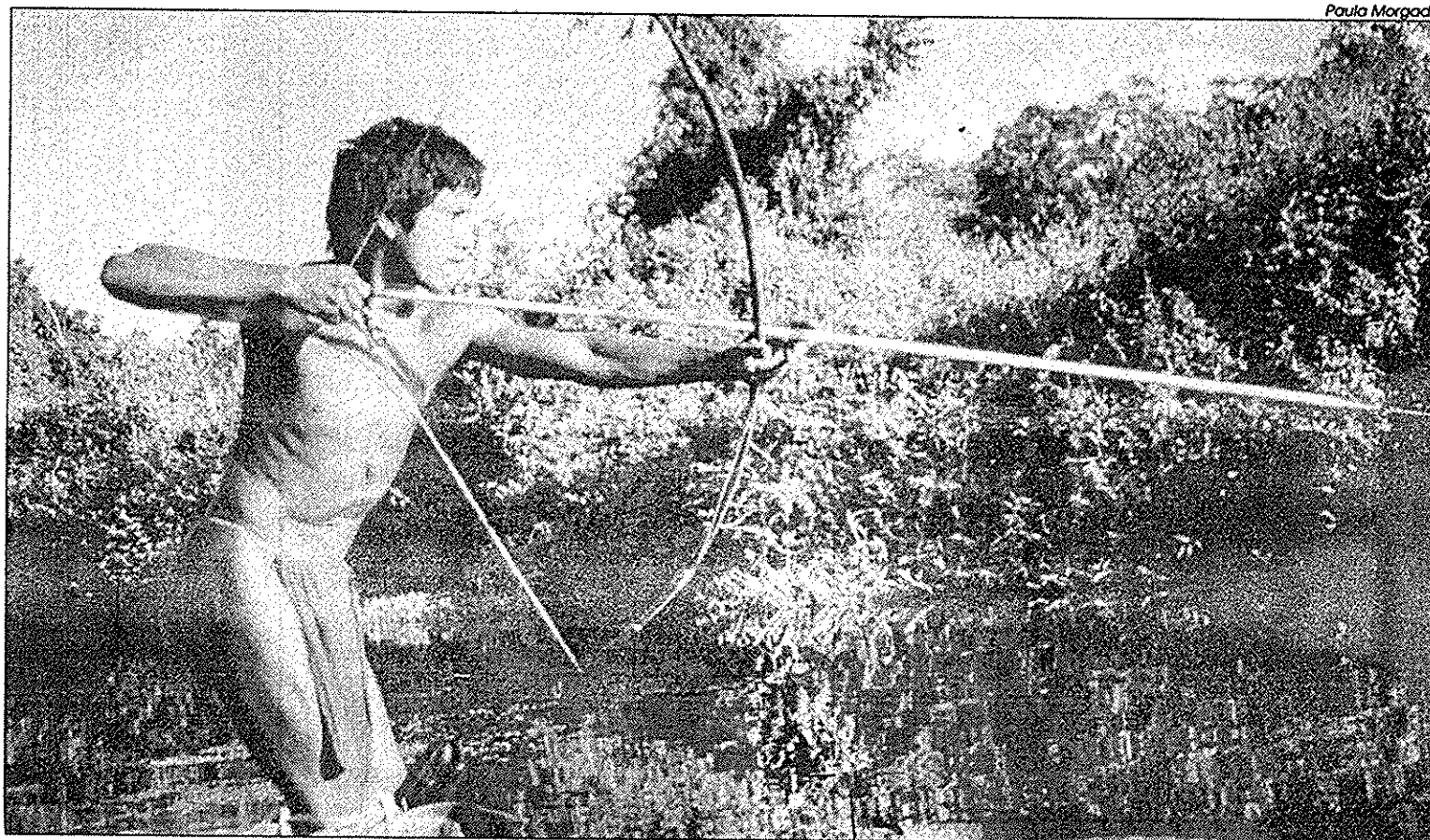
leis do país.

Mas não se trata, aqui, do lamento de sempre das chamadas minorias. A intenção é muito mais de chamar atenção para um campo ainda em formação de soluções, que não falam de bolos da riqueza nacional que crescem e não são repartidos (ou ainda estão muito mal repartidos).

O fato de que, além desse "índio" não específico, que faz parte da própria história do Brasil, existem também Xavante,

Yanomami, Pankararu, e dezenas de outros grupos indígenas, nos permite constatar algumas coisas. Primeiro, que esse índio sem especificidade (genérico) não destruiu a diversidade e as diferenças entre os grupos indígenas no Brasil. De uma noção que orientou ações da sociedade nacional frente aos "índios", ela passou a ser utilizada por estes nas reivindicações de seus direitos, como cidadãos brasileiros que são.

Luiz Donizete Grupioni



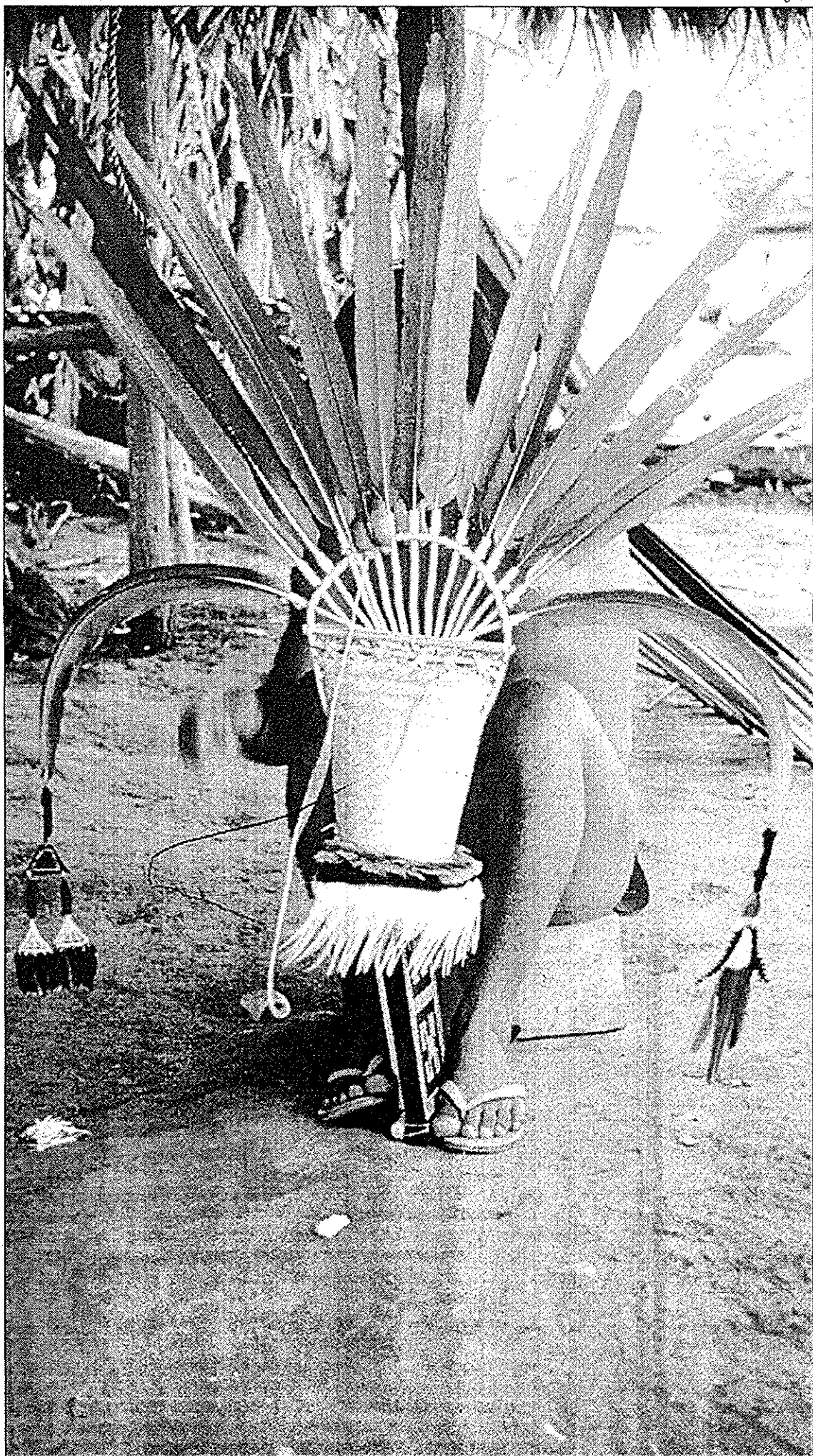
Índio Wayana-Aparai pescando com arco e flecha em rio do Pará



Manifestação em Brasília por demarcação de terra

# cidadania apoiada na diversidade cultural

Paula Margado



Confecção de artesanato indígena

Segundo, que estamos acordando para a compreensão de que desenvolvimento deve estar ligado a qualidade de vida, mas é preciso entender, também, que cada grupo humano elege e elabora, ao longo de sua história, sua própria idéia do que seja qualidade de vida. Por isso, desenvolvimento não significa apenas capacidade de criar máquinas, ler e escrever, construir metrópole. Muitos povos são especialistas em outras coisas: o conhecimento do corpo, o conhecimento das plantas, o trabalho com metais, etc.

Por outro lado, o contato entre povos, permite, como já foi dito, que todas essas experiências e especificações sejam conhecidas, trocadas e compartilhadas. Quanto mais cores temos, mais cores inventamos. Se destruímos alguma menos possibilidades na criação de novas cores no futuro, algo é definitivamente perdido. Da mesma forma, um grupo indígena que desaparece, ou que tem negado o seu direito a uma cultura diferente, sob a ação daqueles que acreditam que índios representam atraso, perigo à soberania nacional, ou apenas porque são "diferentes" (há quem pense que ser diferente significa ser menos humano), deixa o Brasil menos Brasil, pode significar o desaparecimento da solução de alguns problemas por nós desconhecida. Ficamos menos diferentes uns dos outros, sem dúvida, mas ficamos mais iguais? Não seríamos muito mais iguais respeitando os direitos uns dos outros, até o direito de ser diferente?

O etnocentrismo, essa maneira de ver outras culturas e outros povos como inferiores a nós e de pensar que somos em tudo melhores e mais humanos, e que, por isso, baseia-se obrigatoriamente numa tentativa de transformar o diferente em igual, não é exclusivamente do "homem branco". O medo do diferente parece ser também uma marca da humanidade em cada cultura. Mas não teríamos ido longe demais no nosso etnocentrismo, ao juntar o medo da diferença e a tentativa de diminuir-na com aquelas maneiras tão

nossas de transformar as diferenças em desigualdades?

Se for assim, começo a pensar se não serão mais ricos aqueles Xavantes, e tantos outros povos indígenas, que buscam usufruir de experiências dos "brancos", que não conheciam, que chegaram a eles com o contato, sobre as quais refletiam e chegaram à conclusão de que podem ser úteis. Não é uma riqueza a ser medida pelo tipo ou quantidade de bens (eletrodomésticos ou não), que venham a possuir, talvez nem seja possível medi-la. Não se trata simplesmente

de uma geladeira, um fogão, uma máquina de costura e uma TV, ou do seu preço, ou se foram obtidos através de compra ou no programa do Silvio Santos, mas no que isso representa enquanto conhecimento acumulado e enquanto criação de novas possibilidades, no encontro de maneiras de pensar tão diferentes representada pela imagem de uma máquina de costura numa aldeia indígena.

A valorização dessa troca de saberes pode vir a representar para o Brasil uma importante fonte de riqueza, baseada no respeito ao ser humano e a essas surpreendentes manifestações de humanidade que são as diferentes culturas. Mas construir e fazer crescer essa riqueza depende de nossa capacidade de criar cada vez mais igualdade no convívio entre diferentes, da desigualdade só podemos esperar mais desigualdade.

Os povos indígenas que habitam o atual território brasileiro são muito diferentes entre si; têm histórias diferentes pra contar sobre se "encontro" com o homem branco; têm cada qual a sua maneira de entender o que é ser "índio", além de ser Xavante, Yanomami, Pankararu, etc; cada um deles pode contribuir diferentemente para o entendimento do que é ser cidadão brasileiro hoje e do que é ser humano, e para o enriquecimento e o futuro do país.

Nadja Havi é formada em Ciências Sociais e mestranda em Antropologia na USP

*Cada grupo humano elege e elabora suas idéias de qualidade de vida*

*Não seríamos muito mais iguais respeitando os direitos uns dos outros*

# O Estado Nacional e os índios no território do Brasil

Eduardo Guimarães

Fotos: Eduardo Guimarães

A questão indígena foi, e continua sendo, motivo de preocupação para diferentes profissionais desde o início do século XX no Brasil, já naquela época, Etnólogos, juristas, propagandistas, jornalistas, engenheiros militares, todos eles, as mais diversas opiniões sobre o assunto.

Com o início do declínio do poder das oligarquias agrárias no Brasil, auge de um período político bastante conturbado no país, o Presidente de Nilo Peçanha a fim de estabelecer o consenso entre as várias categorias profissionais, que opinavam sobre o futuro dos povos indígenas no país, criou no ano de 1909 e SPILTIN (Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais).

O processo de criação de SPILTIN se deu a partir de um concurso oficial onde aqueles vários interessados na questão apresentaram seus "projetos". Encerrado o concurso, a direção da assistência oficial foi entregue ao Marechal Candido Mariano da Silva Rondon, que já naquela época desenvolvia um projeto de implementação de linhas telegráficas pelo interior do Brasil. Inicialmente, o órgão foi vinculado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

Coordenando as expedições que desbravavam os "sertões" a fim de levar o progresso para aos territórios mais longínquos do país, o Marechal



Índios Awá-Guajá, da Reserva Indígena do Caru, no Maranhão

Rondon, buscava um "contato pacífico" com os povos indígenas. O método de trabalho constituiu em grandes expedições que desbravavam os sertões em busca da "pacificação" dos "bravos selvagens". A equipe de apoio do Marechal Rondon era formada por "homens simples"; o único pré-requisito para se ingressar na equipe consistia em um conhecimento de sobrevivência na selva.

Apesar de ter sido alvo de várias críticas, devemos reconhecer na assistência dada pelo SPI, fundamentada na pessoa do Marechal Rondon, uma "nova" forma de se pensar nos povos indígenas no Brasil, uma forma carregada pela postura humanista do Marechal imortalizada na sua frase: "morrer se preciso for, matar nunca".

A assistência prestada pelo

SPI, permaneceu praticamente a mesma durante cinco décadas. Em 1967, após várias acusações de corrupção e pouca eficiência em seus trabalhos, o SPI é desativado e em seu lugar instaura-se a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), dando continuidade e legitimidade à política oficial do governo junto aos povos indígenas no território nacional. Segundo a Sr. Orlando Villas-Boas, um dos maiores "sertanista" que teve grande importância na formação e implementação da política indigenista oficial, "a FUNAI não trouxe muitas mudanças para os povos indígenas no Brasil. Na verdade, ela foi herdeira do acervo do antigo SPI e da Fundação Brasil Central".

Ainda que não se possa observar grandes mudanças na política indigenista do governo, com a transição SPI/FUNAI, é importante destacar a recente criação do Departamento de Índios Isolados (DII), em 1987 no órgão assistencialista. Com a criação deste Departamento, observa-se uma aparente mudança na assistência do Governo pois, se desde a criação do SPILTIN (1909), a política constituía-se em "localizar" e "contatar" os povos indígenas, com a criação do DII, o fundamento da ação passou a ser o de "localizar" e "vigiar" os índios consi-

derados como "isolados".

De acordo com esta nova atuação, os índios "isolados" precisariam de um "tempo" para que o "choque" do contato com a sociedade envolvente fosse aliviada. Esta passagem de isolados à contactados, propõe um lugar bastante sugestivo para uma crítica na ação protecionista do Governo. Trata-se de uma suposição, por parte destes, de um "ponto zero na história" a partir das relações entre "brancos" e "índios". Para os índios, evidente-

mente, a história não se inicia aí. O "ponto zero" torna-se, para os índios, apenas uma etapa da história, uma trajetória complexa que se reelabora constantemente nas representações que fazem do contato com os brancos. Deste modo, ao buscar preservar a

autonomia dos "isolados", a prioridade emergencial que assume a proteção do território indígena, assim como, a "salvação física" dos índios impedem a execução de um outro item proposto pelo Departamento, isto é, a "preservação socio-cultural" dos povos indígenas no Brasil.

*Foi preciso um tempo para que o choque do contato fosse aliviado*



Várias gerações de índias Awá-Guajá

Eduardo Guimarães  
é mestrando em  
antropologia pela UFGO